

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 2.581, DE 2000

Estabelece limite máximo de 5% do custo do produto para o custo de embalagem.

Autor: Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO

Relator: Deputado LUCIANO PIZZATTO

I - RELATÓRIO

O projeto em epígrafe proíbe a comercialização de produtos alimentícios e de higiene e limpeza que tenham o custo de sua embalagem superior a 5% do custo total do produto, sujeitando os infratores a multa variável entre dez e cem salários mínimos. A proposição foi apreciada pela Douta Comissão de Economia, Indústria e Comércio, que a rejeitou por unanimidade.

Na sua justificação, o nobre Autor esclarece que o objetivo da proposição é forçar a indústria a utilizar meios mais simples e baratos de acondicionamento, com conseqüente redução dos preços para o consumidor.

No âmbito desta Comissão, dentro do prazo regimental, a proposta não recebeu emendas.

II - VOTO DO RELATOR

A intenção do nobre Autor da proposta em apreciação é diminuir os preços dos produtos ao consumidor mediante a limitação do custo da embalagem a 5% do custo total do produto.

Evidentemente, é do mais elevado interesse do consumidor pagar cada vez menos pelos produtos e serviços que adquire, no entanto não acreditamos que a medida proposta possa beneficiá-lo.

Limitar o custo da embalagem de todos os produtos alimentícios e de higiene e limpeza a 5% de seu custo total implicaria ignorar as diferentes necessidades dos consumidores e as diferentes características de cada produto. Para citarmos apenas um exemplo, o desodorante é um produto de higiene pessoal básica que costuma ser vendido em várias apresentações: com válvula tipo spray acionada manualmente, no sistema “roll on”, em aerossol e na embalagem de plástico flexível que pulveriza o produto ao ser pressionada pelo consumidor, também conhecida como “squeeze”. Se implementado o projeto em estudo, com certeza sairiam do mercado os desodorantes em embalagem do tipo “roll on”, com válvula spray e aerossol, talvez fosse possível manter a embalagem “squeeze”. No nosso entendimento, o consumidor estaria sendo prejudicado, pois sua liberdade de escolha estaria sendo totalmente tolhida, sem falarmos na liberdade que deve ter o industrial para produzir produtos com qualidade cada vez maior.

No nosso entendimento, além de prejudicar o consumidor e o fornecedor, e de inviabilizar a existência de inúmeros produtos, a imposição de um limite para o custo da embalagem seria impossível de fiscalizar, pois é notório que a Administração Pública não dispõe dos recursos necessários para conferir e fiscalizar a estrutura de custo de todos os produtos de alimentação, higiene e limpeza nacionais e importados existentes no mercado.

Entendemos que a regulação, mediante lei ordinária, do custo da embalagem dos produtos de alimentação, higiene e limpeza constituiria manifestação exacerbada e desnecessária de dirigismo estatal em matéria que, em nossa opinião, a livre concorrência e o livre mercado têm regulado apropriadamente.

Muito embora reconhecendo o elevado mérito da intenção que motivou a apresentação da presente proposição, pelas razões enunciadas acima, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.581, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado LUCIANO PIZZATTO
Relator